

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL –  
CREDN**

**PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 40, DE 2008**

Propõe que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional requeira ao Tribunal de Contas da União que faça a auditoria das contas relativa ao Movimento Origami do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, em caráter de urgência e com fiscalização concomitante à realização dos eventos.

**AUTOR:** DEPUTADO WILLIAM WOO

**RELATOR:** DEPUTADO TAKAYAMA

**RELATÓRIO PRÉVIO**

**I - SOLICITAÇÃO DA PFC**

Vem à análise desta Comissão, com fulcro no art. 100, § 1º, cominado com os arts. 60, II, 61, e 32, XI, b, todos do Regimento Interno da

Câmara dos Deputados, proposição para que, ouvido o Plenário, sejam adotadas as providências necessárias para realizar ato de fiscalização e controle com o objetivo de verificar a adequação financeira, operacional e orçamentária das atividades relacionadas ao Movimento Origami do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.

## **II - COMPETÊNCIA DESTA COMISSÃO**

O art. 32, inciso XV, alíneas “a” e “m”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cominado com o parágrafo único do mesmo artigo, dá amparo à competência desta Comissão.

## **III - OPORTUNIDADE E CONVENIÊNCIA**

Trata-se de Proposta de Fiscalização e Controle proposta pelo deputado William Woo, que requer do Tribunal de Contas da União a auditoria das contas relativas ao Movimento Origami do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, em caráter de urgência, para que se faça a fiscalização das atividades concomitantemente à realização dos eventos.

Para fundamentar a proposição, o autor traz ao conhecimento desta Comissão dados quanto à amplitude das atividades a serem desempenhadas pelo Movimento, que consiste na mobilização de toda a população brasileira, bem como da japonesa, para a manufatura de origamis que comporão um grande painel que será exposto em caráter definitivo num dos corredores da Câmara dos Deputados.

As atividades contarão com a participação ilustre do povo brasileiro, bem como de personalidades do meio político, do esportivo e do entretenimento. Evento de grande magnitude, conta com o patrocínio do Banco do Brasil, da

Infraero, dos Correios, da Caixa Econômica Federal, da Petrobrás, entre outros, para viabilizar sua realização.

Por essa razão, dada a movimentação de recursos oriundos de entes públicos, e diante da magnitude do evento proposto, inegável a conveniência e oportunidade desta proposição.

#### **IV - ALCANCE JURÍDICO, ADMINISTRATIVO, POLÍTICO, ECONÔMICO, SOCIAL E ORÇAMENTÁRIO**

Sob os aspectos jurídico, orçamentário, administrativo e econômico, cabe verificar a correta aplicação dos recursos públicos federais pela administradora das contas do Movimento Origami do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, no caso, o Instituto Paulo Kobayashi (IPK).

Com relação aos aspectos social e político, não se vislumbram aspectos específicos que possam ser tratados pela presente ação fiscalizatória. Porém, é válida a conjectura quanto aos benefícios de tal fiscalização em prol da promoção da transparência dos gastos de recursos públicos. A prestação de contas à sociedade é deveras salutar e edificante ao povo brasileiro, tão acostumado à descrença em seus representantes e governantes.

#### **V - PLANO DE EXECUÇÃO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

A fiscalização solicitada terá melhor efetividade se executada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) com o objetivo de verificar a adequação financeira, operacional e orçamentária das atividades relacionadas ao Movimento Origami do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, cujos recursos, captados de entes públicos como Banco do Brasil, Petrobras, Infraero, Caixa Econômica Federal e Correios, restam sob a administração do Instituto Paulo Kobayashi (IPK).

Tal possibilidade é prevista pela Constituição Federal, que permite ao Poder Legislativo invocar aquela egrégia Corte para realizar auditorias e inspeções em relação a qualquer pessoa física ou jurídica que administre bens ou valores da União, conforme ressaltado nos artigos abaixo transcritos:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido como auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

.....

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Nesse sentido, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados também dispõe:

Art. 24. Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais Comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

.....

X - determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal.

Assim, a execução da presente PFC dar-se-á da seguinte forma:

- a) Solicitação ao TCU para que adote os procedimentos que entender pertinentes com o objetivo de verificar a adequação financeira, operacional e orçamentária das ações, relacionadas às atividades promovidas pelo Movimento Origami do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, sob a administração do Instituto Paulo Kobayashi, em especial quanto aos aspectos abordados por esta PFC e ainda não esclarecidos em verificações anteriores;

- b) Solicitação ao TCU para que remeta a esta Comissão relatórios de auditorias, cópias de Votos e Acórdãos sobre o assunto em pauta, se houver, bem como eventuais informações sobre desdobramentos posteriores;
- c) Por fim, solicitação ao TCU que remeta cópia do resultado da fiscalização realizada a esta Comissão, ficando tal cópia disponível para os interessados na Secretaria da Comissão.

## **VI – VOTO**

Em função do exposto, e em razão da URGÊNCIA da matéria, voto pela APROVAÇÃO da presente proposição por esta Comissão, com vistas a implementar a PFC da forma descrita no Plano de Execução e na Metodologia de Avaliação apresentados acima.

Sala das Sessões, em        de        de 2008.

**DEPUTADO TAKAYAMA**  
**RELATOR**